



**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)  
 **PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

<b>Expeça - se</b>
<b>Publique - se</b>
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Considerando que:

No passado dia 17 de maio, o Conselho Europeu, reunido na formação Assuntos Económicos e Financeiros, discutiu a *tributação dos serviços digitais no contexto internacional*. Segundo foi tornado público, o Comissário responsável pelos Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, terá submetido à apreciação dos ministros das finanças dos 28 Estados-Membros um documento intitulado “*Business Taxation 21*”, desenhado em função de três objectivos principais: 1) *Conceber um sistema fiscal adequado para captar os atuais modelos de negócio nos quais as empresas podem funcionar sem presença física e tributar novas realidades de criação de valor (imposto digital)*; 2) *Estabelecer um limite mínimo para a concorrência fiscal e limitar a transferência de lucros*», em especial no que respeita aos rendimentos altamente móveis; e 3) *Garantir um ambiente empresarial «simples e estável», bem como evitar distorções e dupla tributação no mercado único*.

O conteúdo deste documento, apesar de divulgado parcialmente na comunicação social, não se encontra refletido nas conclusões do Conselho.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do CDS-PP vêm requerer o documento supramencionado a Sua Excelência, o Ministro das Finanças, através de Vossa Excelência.

Palácio de São Bento, 22 de maio de 2019

Deputado(a)s

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)

CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)

FILIPE ANACORETA CORREIA(CDS-PP)

Deputado(a)s

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)